



Compliance anticorrupção – 24 horas

i. Compliance: introdução, parâmetros internacionais e nacionais. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). ii. A Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e sua regulamentação – Decreto Federal nº 8.420/2015. Marco da responsabilização das pessoas físicas e jurídicas. Atos lesivos proibidos e penalidades. O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de acordo com a Lei 12.846/2013. iii. Acordos de Leniência e Resolução Negociada em casos de corrupção e suborno transnacional. iv. Programas de Compliance Anticorrupção: estruturação, origem e prática internacional. Diretrizes da CGU. Investigações Internas, limites, técnicas e preservação de provas. v. Compliance em Pequenas Empresas, em Grupos Econômicos e Programas de Compliance Globais. vi. Programas de Compliance e questões Trabalhistas, Ambientais, Antitruste e Lavagem de Capitais. vii. Due diligence de compliance anticorrupção.

Crimes contra a Administração Pública e Crimes Eleitorais – 24 horas

i. Conceito de funcionário público para fins penais. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Peculato, Concussão e Corrupção passiva. Prevaricação, advocacia administrativa e violação de sigilo funcional. ii. Crimes praticados por particular. Tráfico de influência, Corrupção ativa e Contrabando. iii. Crimes licitatórios. iv. Crimes eleitorais. Crimes de alistamento fraudulento, contra o exercício do sufrágio e corrupção eleitoral. v. Fake news eleitoral. vi. Falsidades eleitorais (material e ideológica) e uso de documentos falsos para fins eleitorais. Apropriação indébita de recursos de financiamento eleitoral. vii. Crimes de fraude eleitoral: destruição de urnas e introdução de programas para alteração do resultado das eleições. O papel do Ministério Público Eleitoral na fiscalização e garantia legalidade do resultado das urnas.

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, Mercado de Capitais, Lavagem de Capitais e Crimes contra a Ordem Tributária – 24 horas

i. Crimes contra o sistema financeiro nacional. Conceito de instituição financeira para fins penais e sua abrangência. Contexto histórico da edição da Lei nº 7.492/86. Gestão fraudulenta e Gestão temerária. Propostas de alteração legislativa. Apropriação indébita financeira e indução de investidor em erro. ii. Empréstimo vedado e alterações legislativas. Evasão de divisas. iii. Crimes contra o mercado de capitais: manipulação de mercado, insider e exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função. iv. Crimes de lavagem de dinheiro. Contexto histórico das legislações de repressão à lavagem. Alterações legislativas no Brasil e a questão do crime antecedente. v. Crimes contra a ordem tributária: Lei nº 8.137/90, descaminho e apropriação



indébita previdenciária. vi. Crimes contra a ordem econômica e organização criminosa. vii. Crimes ambientais. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019) – 12 horas

i. Crimes de abuso de autoridade. Contexto de mudança da legislação e relação com os crimes previstos na lei. Sujeitos ativos dos crimes. Crimes de decretação ilegal de prisão e de decretação ilegal de condução coercitiva. Crimes de decretação de indisponibilidade de bens excessiva e de demora no exame de processo. Crime de hermenêutica e limites interpretativos. ii. Crimes de violação a direitos do preso. Crimes de violação a prerrogativas. Crimes relacionados à produção ilícita de provas. iii. Crimes de requisição ilícita de instauração de investigação, de divulgação ilícita de provas e de instauração de persecução penal, civil ou administrativa contra inocente ou sem justa causa fundamentada.

Disciplina Online – 24 horas

O aluno poderá optar dentre as disciplinas oferecidas no FGV Online.

Escolas criminológicas e impactos das novas tecnologias no Direito Penal – 18 horas

i. Objeto e método da Criminologia. A escola liberal clássica. Criminologia positivista. ii. Criminologia tradicional e cibercriminologia. iii. Impactos das novas tecnologias do sistema penal: Sistemas autônomos, Inteligência Artificial e robótica; Big data e proteção de dados; Criptomoedas e blockchain; Provas produzidas por meio eletrônico, reconhecimento facial e outros programas de vigilância; banco de dados de perfis genéticos. i. Introdução ao pensamento criminológico ii. Criminologia tradicional e cibercriminologia. iii. Surveillance studies: vigilância, segurança e controle social IV. Impactos das novas tecnologias do sistema penal.

Execução Penal: Direitos da Execução Penal e Processo de Execução Penal – 18 horas

Parte Geral. Aspectos introdutórios. Aplicação da Lei de Execução Penal. Princípios fundamentais do Direito de Execução Penal. Objetivo e destinatários da Lei 7.210/84. Deveres e Direitos dos Presos. Sistema Disciplinar da Lei de Execução Penal. Parte Especial. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Progressão prisional e autorizações de saída. Execução da Pena Privativa de Liberdade. Remição de Pena e Livramento Condicional. Execução da Pena Restritiva de Direitos. Execução da Pena de Multa. Medida de Segurança. Meios impugnativos.



Investigação criminal – 30 horas

i. Investigação criminal. Polícia judiciária. Natureza jurídica das investigações criminais, finalidades e características. Possibilidades de instauração de investigações criminais de acordo com as espécies de ação penal. ii. Condução da investigação: diligências investigativas (oitiva do indiciado, identificação criminal, apreensão de objetos, reconstituição, perícias), prazos, requisições do Ministério Público. Relatório Final do inquérito e indiciamento. Arquivamento do inquérito, recurso da vítima e homologação: consequências da nova redação do artigo 28. iii. Investigação pelo Ministério Público, pelas CPLs e por Tribunais. Participação do advogado na investigação. Investigação criminal defensiva. iv. Medidas cautelares probatórias: busca e apreensão, quebra de sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático, interceptações telefônicas. Buscas pessoais. v. Inquéritos civis e ações de improbidade administrativa instaurados por fatos objeto de investigação criminal: direitos das pessoas físicas e jurídicas. TACs e Acordos de Leniência e suas repercussões na esfera penal. vi. Meios de obtenção de prova da Lei nº 12.850/2013: ação controlada, agente infiltrado e colaboração premiada. Limites da colaboração premiada. vii. Procedimentos preliminares à instauração de inquéritos policiais: os limites das chamadas “VPIs”. Investigação criminal no âmbito de crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/95). Transação penal: natureza jurídica e consequências do descumprimento. viii. Acordo de não persecução penal no Brasil: benefícios e críticas. Comparação do instituto com o plea bargain norte-americano. ix. Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal: cartas rogatórias e auxílio direto. Limites à cooperação internacional: princípio da especialidade, dupla incriminação e cadeia de custódia. Desafios na produção de prova defensiva por tratados de cooperação.

Polícia Federal: Investigação Federal nos Crimes Econômicos – 12 horas

i. Estrutura organizacional da Polícia Federal. Efetivo e organização das delegacias de combate a crimes econômicos (DELECOR, DELEPREV, DELEFAZ). ii. Técnicas e diligências de investigação em crimes econômicos. Interlocução com Receita Federal, COAF, BACEN, CVM, PREVIC e SUSEP. Serviços de perícia criminal federal. iii. Atuação da Polícia Federal no requerimento e execução de medidas cautelares: prisões, buscas e apreensões e medidas de monitoramento telefônico e telemático. Interlocução da Polícia Federal com Ministério Público Federal em inquéritos policiais e PICs. Relatório final de inquérito policial federal.

Processo Cautelar – 24 horas

i. Princípios do processo penal cautelar: dignidade, proporcionalidade, excepcionalidade, contraditório, reserva de jurisdição, precariedade. ii. Prisão em flagrante. Hipóteses de flagrante: flagrante próprio, quase flagrante e flagrante presumido. Flagrantes esperado, preparado e diferido. Flagrantes em crimes permanentes e em crimes habituais. Auto de prisão em flagrante e audiência de custódia. Diferenças entre relaxamento da prisão em flagrante e concessão da liberdade provisória. iii. Prisão preventiva: requisitos e pressupostos. Prisão preventiva decretada de ofício.



Prisão preventiva como antecipação da pena. A questão da gravidade do delito e o entendimento jurisprudencial. iv. Prisão temporária: requisitos e pressupostos. A questão da imprescindibilidade para as investigações e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial. v. Medidas cautelares alternativas à prisão preventiva. Liberdade provisória e liberdade plena. vi. Medidas cautelares reais (assecuratórias): Sequestro, arresto e hipoteca legal. Limites das medidas assecuratórias. A questão do “confisco por equivalência” e do “sequestro subsidiário”. O tratamento jurisprudencial dispensado às medidas cautelares reais. vii. Questões problemáticas das medidas cautelares probatórias: busca e apreensão em escritórios de advocacia, ausência de previsão legal da infiltração online, devassa em celulares apreendidos.

Processo de Conhecimento – 24 horas

i. Tipos de ação penal. Princípios da ação penal pública e da ação penal privada. Condições da ação penal. ii. Denúncia: exigências formais da inicial acusatória, imputação alternativa e denúncia genérica, aditamento, rejeição e recebimento. Momento processual do recebimento da denúncia. Queixa: exigências formais e prazo decadencial. Correlação entre acusação em sentença: mutatio e emendatio libelli. iii. Competência: princípios aplicáveis. Fixação da competência da justiça: Estadual, Federal, Eleitoral, Militar. Competência territorial. Competência do juízo. Foro por prerrogativa de função. Conexão, continência e desaforamento. iv. Sujeitos processuais. Juízes: função, poderes, deveres, prerrogativas. Suspeição e impedimento. Ministério Público: funções nas ações penais pública e privada, prerrogativas. Suspeição e impedimento. Promotor natural. Prerrogativas dos Advogados e defensores no processo penal. Acusado e seus direitos processuais. Assistente da acusação. v. Atos processuais. Recebimento da denúncia, Citação, Resposta à acusação e hipóteses de absolvição sumária. Revelia no processo penal. Processos incidentes: exceções, restituição de coisa apreendida e incidentes. Questões prejudiciais. Ritos ordinário, sumário e sumaríssimo: diferenças. Audiências especial, de suspensão condicional do processo e de instrução e julgamento. Ritos especiais. vi. Prova no processo penal e a busca da verdade. O conceito de prova e o ônus de sua produção. Princípios aplicáveis à produção probatória. Vedação à prova ilícita originária ou por derivação: fruit of the poisonous tree, independent source, inevitable discovery. vii. Coisa julgada: conceito e divisão (formal e material). Limites objetivos e subjetivos. Concurso de crimes. Crimes habituais e permanentes.

Recursos e Ações de Impugnação – 18 horas

i. Teoria dos recursos. Conceito de recurso. Diferenças de recurso para ação autônoma de impugnação. O duplo grau de jurisdição. Os princípios aplicáveis aos recursos. Classificação das decisões penais e decisões sujeitas a recurso. Efeitos dos recursos: devolutivo (e seus limites) e suspensivo. Requisitos e condições de admissibilidade. Pressupostos recursais. ii. Apelação. Espécies. Requisitos de admissibilidade. Legitimidade e interesse. Apelações do MP, do assistente de acusação, do defensor e do acusado. Efeitos, prazo e procedimento para julgamento. iii. Recurso em sentido estrito. Espécies. Requisitos de admissibilidade. Legitimidade e interesse. Efeitos, prazo e procedimento para julgamento. iv. Embargos infringentes e Recursos



Especiais e extraordinários. Requisitos de admissibilidade. Legitimidade e interesse. Efeitos, prazo e procedimento para julgamento. v. Ações autônomas de impugnação: Revisão Criminal, Habeas Corpus e Mandado de Segurança. Cabimento, competência e procedimento.

Repercussão penal das atividades reguladoras (TCU, AGU, CVM, CADE, CGU, COAF, Receita Federal) – 24 horas

i. O Direito Penal Econômico e as características sociais, políticas e econômicas do início do século XXI. Proximidade entre o Direito Penal Econômico, política econômica e regulação econômica. Introdução às atividades reguladoras. ii. Funções do TCU, da AGU, da CVM, do CADE, da CGU, do COAF, da RFB e de outras entidades reguladoras. iii. Interdependência das instâncias administrativa e penal. Impactos de decisões e normativas dos órgãos reguladores no processo penal de delitos econômicos. Análise jurisprudencial. iv. Acordos celebrados com órgãos reguladores (Acordo de leniência, TACs) e seus impactos no processo penal. v. Dever de comunicação de atividades suspeitas de lavagem de dinheiro às entidades reguladoras (COAF, BACEN, SUSEP, etc). Impactos penais e administrativos do descumprimento. vi. O valor da prova obtida no âmbito de atividades reguladoras para o processo penal. A questão das informações remetidas pelo Grupo Egmont. vii. Valoração da prova obtida por meio de investigações internas no âmbito de programas de conformidade anticorrupção.

Seminários – 24 horas

Teoria da Pena – 30 horas

i. Conceito, legitimidade e razão da sanção penal; Evolução das teorias da pena: teorias retributivas, preventivas e unificadas. ii. Penas privativas de liberdade e seus regimes de execução. iii. Modalidades de penas restritivas de direitos e pressupostos para aplicação; Pena de multa. iv. Dosimetria: método legal de aplicação das penas criminais em sentença (Parte I). v. Dosimetria: método legal de aplicação das penas criminais em sentença (Parte II). Efeitos genéricos e específicos da condenação criminal. vi. Concurso de crimes. vii. Alternativas penais/medidas despenalizadoras: (1) acordos de colaboração e de não persecução penal (plea bargain); (2) transação penal, (3) sursis processual (4) e sursis da pena. viii. Causas de extinção da punibilidade. Prescrição das pretensões punitiva e executória (Parte 1). ix. Prescrição das pretensões punitiva e executória (Parte 2).

Teoria do Crime - 30 horas

i. Função e Princípios do Direito Penal ii. Classificação das infrações penais. iii. Conceito de crime e teorias da ação, relevância penal da ação e da omissão. iv. Tipicidade objetiva: elementos objetivos, nexo de causalidade e imputação objetiva. v. Tipicidade subjetiva: dolo e culpa. vi. Antijuridicidade e causas de justificação. vii. Culpabilidade e causas excludentes legais e supralegais. viii. Teoria do erro. ix. Concurso de pessoas: autoria e participação.